FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: DISCIPLINAS QUE DEBATEM AS OPRESSÕES DE GÊNERO, RAÇA E DIREITOS HUMANOS

Formation in Social Service: Disciplines that debate the oppressions of gender, race and rights

Mayara Augusta Monteiro Ramos

Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe, assistente social da prefeitura municipal de Salvador.

Olivia Irine Reis Santos

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

Tereza Cristina Santos Martins

Pós-doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco e professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

Resumo

O artigo objetiva identificar as principais categorias que norteiam as referências bibliográficas utilizadas nas disciplinas dos cursos de Serviço Social das Instituições de Ensino Superior públicas do país e apontar algumas implicações para a formação e exercício profissional. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa, baseada em dados levantados nos sites dos cursos. A pesquisa revelou que são ofertadas 226 disciplinas com as temáticas gênero, raça/etnia e direitos humanos e demonstrou que muitas das referências utilizadas para tratar as temáticas não são produzidas pela profissão, o que demanda análise dos impactos na formação profissional.

Palavras-chave: serviço social; formação profissional; teorias sociais; opressões

Abstract

The article aims to identify the main categories that guide the bibliographic references used in the subjects of Social Service courses at public Higher Education Institutions and point out some implications for professional training and practice. This is bibliographic and documentary research, of a qualitative nature, based on data collected on the course websites. The research revealed that 226 subjects are offered with the themes of gender, race/ethnicity and human rights and demonstrated that many of the references used to address the themes are not produced by the profession, which requires analysis of the impacts on professional training.

Keywords: social service; professional qualification; social theories; oppressions

Introdução

O Serviço Social, profissão essencial na viabilização dos direitos sociais, é uma categoria profissional inserida na divisão social e técnica do trabalho e sua consolidação se dá através das intervenções nas mais diversas expressões da questão social, configurando-se enquanto uma profissão de caráter interventivo (Iamamoto, 2009). Nesse contexto, a formação profissional no Serviço Social tem passado por grandes mudanças ao longo dos anos.

O novo projeto profissional da profissão foi construído no processo de lutas pela redemocratização do país e concebido nas condições políticas da redemocratização e formação de pensamento crítico no Serviço Social, que passou a produzir um conhecimento considerável. Segundo Iamamoto (2007), o projeto de formação profissional do Serviço Social no Brasil tem sua construção nas duas últimas décadas do século XX e tem buscado a união entre o rigor teórico-metodológico e a condução de um exercício profissional sintonizado com a dinâmica da sociedade.

Esse processo foi impulsionado pela construção das diretrizes curriculares e se constituiu em um esforço coletivo para conferir estatuto teórico e ético-político com condições de responder às demandas postas, uma vez que na atuação profissional dos assistentes sociais, as questões de gênero, de raça/etnia e direitos humanos estão presentes e para que os profissionais possam atuar frente a essas questões faz-se necessário conhecimento científico, sendo imprescindível que tais temáticas sejam discutidas nas instituições de ensino através de disciplinas presentes nas grades curriculares obrigatórias dos cursos. Dito isso, vislumbrou-se a necessidade de estudar o tema.

O estudo foi desenvolvido no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) Componentes/ disciplinas de gênero e raça/etnia e direitos humanos nos Cursos de Serviço Social no Brasil: matrizes da teoria social moderna que os/as orientam e objetivou identificar as principais categorias que norteiam as referências bibliográficas utilizadas nas disciplinas dos cursos de Serviço Social das Instituições de Ensino Superior (IESs) públicas do país. Para o desenvolvimento da temática, foram pesquisadas as estruturas curriculares dos cursos e os componentes curriculares que tratam das questões de gênero, raça/etnia e direitos humanos, a fim de localizar as ementas e referências bibliográficas que versam sobre os conteúdos.

A partir daí foram situadas as categorias trabalhadas majoritariamente nas disciplinas, bem como as autoras/es contabilizados enquanto principais escolhas nestas ementas. Para tal, utilizou-se pesquisa do tipo bibliográfico e documental, de natureza qualitativa, realizada, inicialmente, nos sites dos cursos de Serviço Social no Brasil. Desse modo, foram contabilizadas apenas as disciplinas cujas ementas puderam ser localizadas nos sites

das IESs. Destaca-se que, para efeitos de pesquisa, optou-se pela ênfase em gênero, raça/etnia e direitos humanos, mas as disciplinas que debatem a questão geracional também foram contabilizadas.

Assim, construiu-se um trabalho que identificou algumas categorias que aparecem com maior frequência nas ementas das disciplinas estudadas e os autores/as que as estudam. Levando-se em conta os limites impostos pelo tempo de desenvolvimento de uma pesquisa de iniciação científica, esse artigo apresenta um resultado a ser aprofundado em pesquisas futuras.

Nesse contexto, a investigação das Instituições de Ensino Superior (IESs) públicas que ofertam graduação presencial em Serviço Social demonstrou 68 (sessenta e oito) cursos ofertados por 54 (cinquenta e quatro) IESs públicas, sendo elas Federais, Estaduais e Municipais, localizadas em todas as regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste). Nos cursos encontrados, identificou-se a oferta de 226 (duzentas e vinte e seis) disciplinas com as temáticas de gênero, raça/etnia e direitos humanos.

Assim, a análise das estruturas curriculares dos cursos das cinco regiões do país permitiu identificar que, dentro do total de disciplinas, 110 (cento e dez) são obrigatórias e 116 (cento e dezesseis) são optativas. Ao traçar um retrato da presença dessas temáticas por regiões, elas estão assim distribuídas: 16 (dezesseis) no Centro-Oeste, 48 (quarenta e oito) no Nordeste, 18 (dezoito) no Norte, 96 (noventa e seis) no Sudeste e 48 (quarenta e oito) no Sul.

Evidencia-se, portanto, um conjunto de disciplinas ofertadas com conteúdo que vem contribuindo para formar discentes de Serviço Social no país. Nesse sentido, cabe indagar: considerando a direção social do projeto político profissional do Serviço Social, que direção teórica vem sendo adotada na implementação dos componentes curriculares/disciplinas que tratam das questões de gênero, de raça/etnia e de direitos humanos? Os resultados da pesquisa apontam a existência de ementas que sinalizam aspectos categoriais das matrizes da teoria social moderna.

Categorias teóricas presentes nas ementas e principais referências bibliográficas dos componentes/disciplinas que tratam de gênero, raça/etnia e direitos humanos

Dentro do conjunto de disciplinas que abordam gênero, raça/etnia e direitos humanos, a análise realizada revelou, no que diz respeito a gênero, 18 (dezoito) disciplinas que tratam da temática, e a região com mais disciplinas sobre o tema é o Sudeste, com 7 (sete) disciplinas, distribuídas em 6 (seis) IES diferentes. A região Sul, por sua vez, apresenta 4 (quatro) disciplinas em diferentes instituições. Na re-

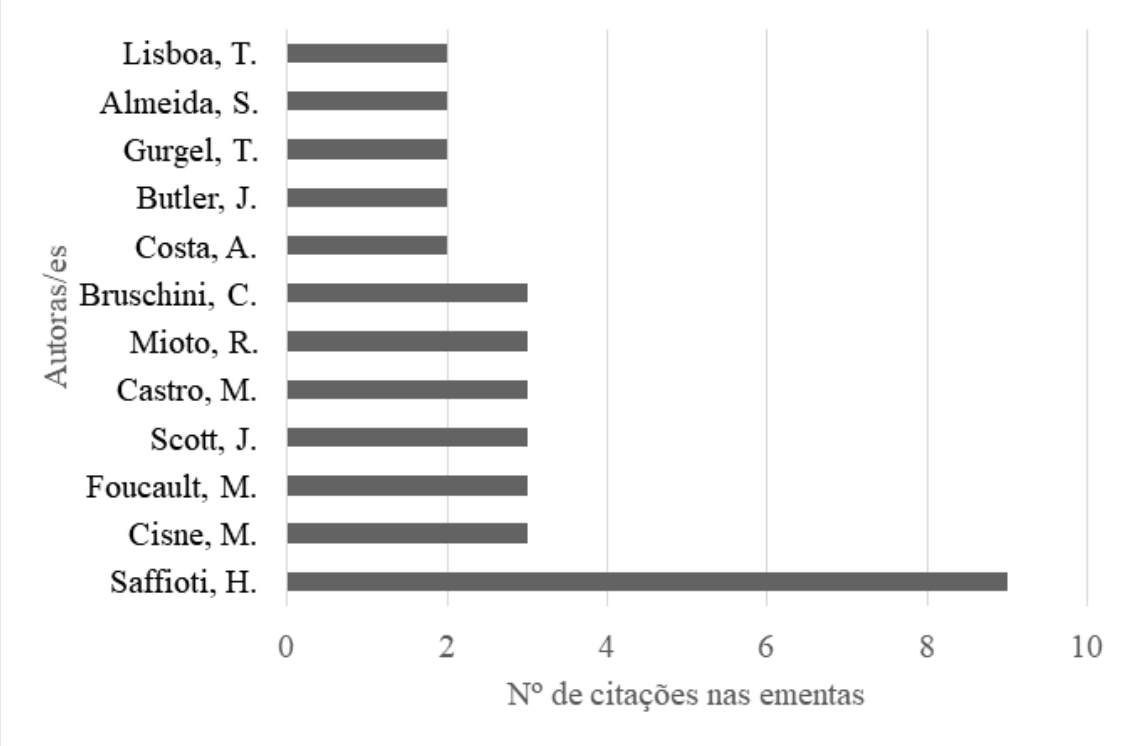
gião Nordeste há, também, 4 (quatro) disciplinas. Nas regiões Norte e Centro-oeste existem menos disciplinas com essa temática, sendo identificadas na primeira apenas uma disciplina e, na segunda, 2 (duas) disciplinas. Ademais, 24 (vinte e quatro) disciplinas apresentaram intersecção entre as temáticas, isto é, trataram de distintos temas, dentre eles a questão de gênero.

O exame dos dados demonstrou que dentre as disciplinas citadas, as autoras mais usadas são aquelas conhecidas por compor a produção teórica sobre gênero, como Joan Scott e Heleieth Saffioti. Entretanto, também se percebe a presença de autoras do âmbito do Serviço Social, a exemplo de Mirla Cisne.

Salienta-se que os dados foram sistematizados por meio de um processo estruturado e metodologicamente planejado, com o objetivo de garantir a organização, a precisão e a validade das informações coletadas. Primeiramente, foi estabelecido um planejamento de seleção para as disciplinas a serem investigadas, com base em variáveis predefinidas, como o conteúdo programático e a relevância

Após a definição das disciplinas, os dados foram coletados por meio de instrumentos específicos, como planilhas e gráficos. A partir desse ponto, as informações foram transcritas e organizadas em categorias temáticas, o que possibilitou uma análise estruturada e aprofundada, permitindo uma visão abrangente e confiável dos dados. O gráfico 1 sistematiza alguns destes dados.

Gráfico 1: Autoras/es mais utilizados nas disciplinas que debatem gênero nos cursos de Serviço Social no Brasil.



Descrição: "Gráfico de barras que ilustra as autoras e autores mais citados nas disciplinas que abordam gênero nos cursos de Serviço Social no Brasil. O gráfico revela que Saffioti é a autora mais citada, com nove menções nas ementas. Em seguida, aparecem Cisne, Foucault, Scott, Castro, Mioto e Bruschini, todos com três citações. Por último, Costa, Butler, Gurgel, Almeida e Lisboa são citados duas vezes".
Fonte: Autoria própria.[1]

Ao analisarmos as referências bibliográficas, verificamos quais as categorias mais utilizadas nas disciplinas que tratam sobre gênero nos cursos de Serviço Social das IES do Brasil, são elas: relações de gênero e feminismo/movimento feminista. As bibliografias utilizadas para tratar tais categorias adotam perspectivas diversas. Por exemplo, Scott (1990, p. 2), explicita que "as feministas passaram a utilizar a palavra 'gênero' mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos", de modo que

> [...] o "gênero" era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. "Apreendemos" [...] "que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas [...]" (Scott,1990, p. 3-4)

Por outro lado, Saffioti, intelectual mais empregada nos componentes curriculares analisados, é referenciada, na maioria das vezes, com sua obra "Gênero, Patriarcado, Violência", onde, ao abordar das relações de gênero, explana que

> Se o marxismo clássico atribuía importância excessiva ao macropoder e se os autores que chamaram a atenção para a relevância do micropoder não apresentaram um projeto de transformação da sociedade na direção da democracia integral, este livro propõe-se combinar macro e microprocessos, a fim de avançar na obtenção deste objetivo. (Saffioti, 2015, p. 10).

No debate sobre o feminismo, as bibliografias utilizadas nas disciplinas apontam para um movimento que suscita importantes questionamentos, pois

1 Utilizamos, nos gráficos 1, 2, 3 e 4, as autoras/es cujas formações/graduações foram localizadas, com vistas à contabilização.

> Se todos são socializados para ser machistas, não poderá esta sociedade mudar, caminhando para a democracia plena? Este processo é lento e gradual e consiste na luta feminista. Trocar homens por mulheres no comando daria, com toda certeza, numa outra hierarquia, mas sempre uma hierarquia geradora de desigualdades. As feministas não deixam de ser femininas, nem são mal-amadas, feias e invejosas do poder masculino. São seres humanos sem consciência dominada, que lutam sem cessar pela igualdade social entre homens e mulheres, entre brancos e negros, entre ricos e pobres. (Saffioti, 2015, p. 94).

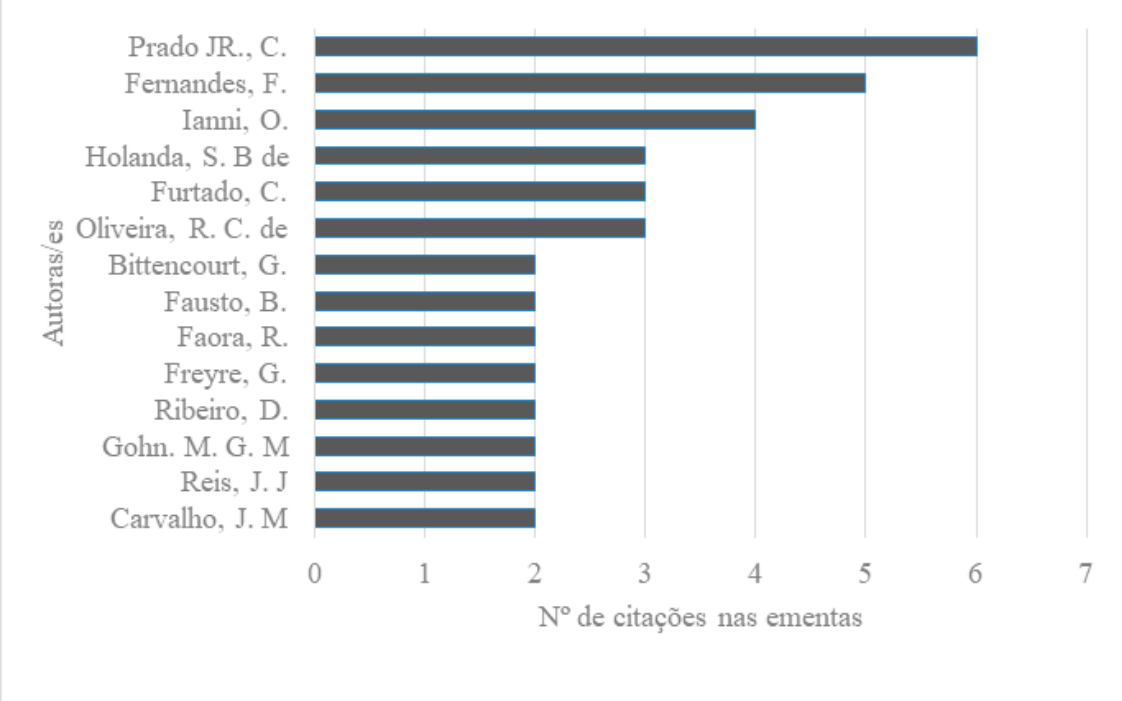
Para Scott (1990, p. 19), o movimento feminista tem sua história correlacionada com a "história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; nos seus contextos específicos é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos" e, nas demais referências bibliográficas utilizadas verificou-se marcante presença de outras autoras/es preocupadas em conceituar as principais categorias utilizadas no debate sobre gênero.

Seguindo o mesmo movimento, na análise dos componentes curriculares que discutem raça/etnia, observa-se que dos 68 (sessenta e oito) cursos de Serviço Social em todo o país, apenas 26 (vinte e seis) disciplinas apresentam nomenclaturas que explicitam tratar a temática étnico-racial, sendo 14 (catorze) interseccionados com outras temáticas. Mas, quando se analisam as ementas, percebe-se que 50 (cinquenta) fazem menção ao tema.

Dentre estas, apenas 31 (trinta e uma) são de caráter obrigatório, exigindo uma análise acerca desses dados, principalmente quando se observa que 24 (vinte e quatro) das disciplinas que compõem o quantitativo da temática raça/etnia são ofertadas pela Região Sudeste, sendo 15 (quinze) obrigatórias e 9 (nove) optativas. A região Sul possui 12 (doze) disciplinas, sendo 8 (oito) obrigatórias e 4 (quatro) optativas e na região Nordeste existem, também, 12 (doze) disciplinas, sendo 7 (sete) obrigatórias e 5 (cinco) optativas. No Centro-Oeste não foram encontradas disciplinas que trabalhem unicamente a temática raça/etnia, que aparece na perspectiva interseccional, atravessada por outros debates.

Na análise dos dados, identificamos os autores que aparecerem majoritariamente nas ementas/programas das disciplinas que tratam de raça/etnia nos cursos de Serviço Social no Brasil. Os teóricos mais utilizados são Caio Prado Jr e Florestan Fernandes, como aponta o gráfico 2.

Gráfico 2: Autoras/es mais utilizados nas disciplinas que debatem raça/etnia nos cursos de Serviço Social no Brasil.



Descrição: "Gráfico de barras que ilustra as autoras e autores mais citados nas disciplinas que abordam raça/etnia nos cursos de Serviço Social no Brasil. O gráfico revela que Prado Jr., Fernandes e Ianni são os autores mais utilizados, com seis, cinco e quatro citações, respectivamente; Holanda, Furtado e Oliveira são citados três vezes; Bittencourt, Fausto, Faora, Freyre, Ribeiro, Gohn, Reis e Carvalho são citados apenas duas vezes".

Fonte: autoria própria.

A apreciação dá conta de um conjunto de categorias que aparecem nas ementas e referências bibliográficas pesquisadas. No entanto, para essa etapa da pesquisa, buscamos analisar as três categorias principais (raça, etnia e questão racial), dada a sua importância no âmbito da discussão.

Dessa forma, partindo do que foi disponível, identificamos alguns conceitos dessas categorias nos autores das obras utilizadas. De acordo com Guimarães (1995) os pesquisadores das ciências sociais em geral utilizam o modelo de relações raciais dos Estados Unidos como parâmetro para compreender os determinantes de raça dos demais países, como no Brasil. Esse modelo, de determinada forma, acabou proporcionando a negação da existência de raças no Brasil. Nos Estados Unidos, as relações raciais se processavam de forma violenta e a segregação era embasada em critérios biológicos e, dessa maneira, há um afastamento do modelo brasileiro, que ocorre de forma mais sutil.

Para Munanga (2003) a etmologia da palavra raça vem de *razza,* palavra italiana, assim, surgiu do latin *ratio,* tendo seu significado basicamente traduzido como "espécie". Esse conceito, no início, foi utilizado nas ciências da natureza para a classificação de alguns seres vivos, isto é, raça e classe eram utilizadas na classificação de plantas e animais.

Essa forma de classificar na atualidade caiu em desuso e o conceito de raça passa a ter novo significado a partir de perspectivas temporais. "No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral comum e que, *ipso facto,* possuem algumas características físicas em comum" (Munanga, 2003 p.1).

Entre os séculos XVI e XVII o entendimento sobre raça tornou-se fundamentalmente indissociável das relações sociais de classes na França, pois a nobreza local se dissociava da plebe e se considerava uma raça superior, de sangue puro. Munanga (2003, p. 2) destaca que

> [...] a variabilidade humana é um fato empírico incontestável que, como tal merece uma explicação científica. Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racialismo.

De acordo com Schwarcz (1998, p. 182) a temática raça preserva cuidados, pois "inexistem no país regras fixas ou modelos de descendência biológica aceitos de forma consensual", já que definir uma "linhagem" a partir da cor no Brasil é muito arriscado. Dessa maneira, Schwarcz (1998, p. 182) alerta que

> Se tentou deslocar a importância biológica do termo raça, limitando-o a um conceito taxonômico e meramente estatístico. Compostos de cientistas sociais e geneticistas, os encontros chegavam a conclusões quase culpadas acerca do assunto ao admitir que o fenótipo era apenas um pretexto físico e empírico. Sob "a capa da raça" introduziam-se considerações de ordem cultural, na medida em que à noção se associavam crenças e valores. O conceito deixava, assim, de ser considerado natural, já que se denotava uma classificação baseada numa atitude negativa para com determinados grupos.

Nessa direção, a etnia se difere da raça, pois "o conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico" Munanga (2003, p. 12). Um povo entendido como raça branca ou negra, por exemplo, pode no seu conjunto possuir diversas etnias. A etnia é um grupo que tem uma ancestralidade comum através de fontes históricas ou míticas, possuindo determinantes comuns. Dessa forma, Munanga (2003, p. 12) salienta que

> Algumas etnias constituíram sozinhas nações. Assim o caso de várias sociedades indígenas brasileiras, africanas, asiáticas, australianas, etc. que são ou foram

> etnias nações. Os territórios geográficos da quase totalidade das etnias nações africanas foram desfeitos e redistribuídos entre territórios coloniais durante a conferência de Berlim (1884-1885). É por isso que o mapa geo-político da África atual difere totalmente do mapa geo-político précolonial. Os antigos territórios étnicos, no sentido dos estados nações são hoje divididos entre diversos países africanos herdados da colonização. O antigo território da etnia iorubá se encontra dividido hoje entre as Repúblicas de Nigéria, Togo e Benin; o antigo território da etnia Kongo é hoje dividido entre as Repúblicas de Angola, Congo Kinshasa e Congo Brazaville, etc. para citar apenas dois exemplos entre dezenas.

Ante o exposto, verifica-se que a questão racial vem sendo discutida por diversos autores, dentre eles Munanga (1999), Schwarcz (1993) e Telles (2003), que trazem o prisma da miscigenação como um fator fundante para se entender a questão racial no Brasil.

De acordo com Telles (2003), a miscigenação é uma das formas de segregação, já que essa mistura de raças acaba criando uma ideologia racial. No Brasil, a miscigenação foi fortemente defendida, no entanto, causava medo nas elites do país. "Embora a mistura racial não reflita necessariamente a realidade do comportamento social brasileiro, esse conceito tem sido fundamental para compreender as relações raciais em termos brasileiros" (Telles, 2003 p. 16).

Para o autor, o Brasil, assim como outros países da América Latina, defende a ideologia de miscigenação racial, mas com versões distorcidas e românticas, expandidas em caráter nacionalista e aprovadas pelo Estado. As elites, apesar do temor, também vêm utilizando a mestiçagem como parâmetro positivo para se afastarem de qualquer forma de reparação histórica para com a população racialmente discriminada.

Conforme Munanga (1999) a miscigenação racial tem pontos ligados à ideologia nazista, onde esse processo acaba contribuindo no sumiço de particularidades do povo conquistado, ou seja, nessa dinâmica caraterísticas consideradas negativas da raça "inferior" são excluídas. Para Schwarcz (1993), era necessário que o sujeito tivesse uma boa linhagem, e isso aconteceria com o aumento do sangue branco.

No contexto brasileiro, Munanga (1999) explica que a questão da miscigenação foi palco de discussões no final do século XIX e os pensadores do país, à época, utilizavam conceitos americanos e europeus. Tanto no Brasil quanto em países que tiveram período de colonização semelhantes, buscavam-se esses teóricos não para teorizar sobre a construção racial do país, mas como ferramenta para lidar com o problema da diversidade racial. Nesse sentido Munanga (1999, p. 51) entende que

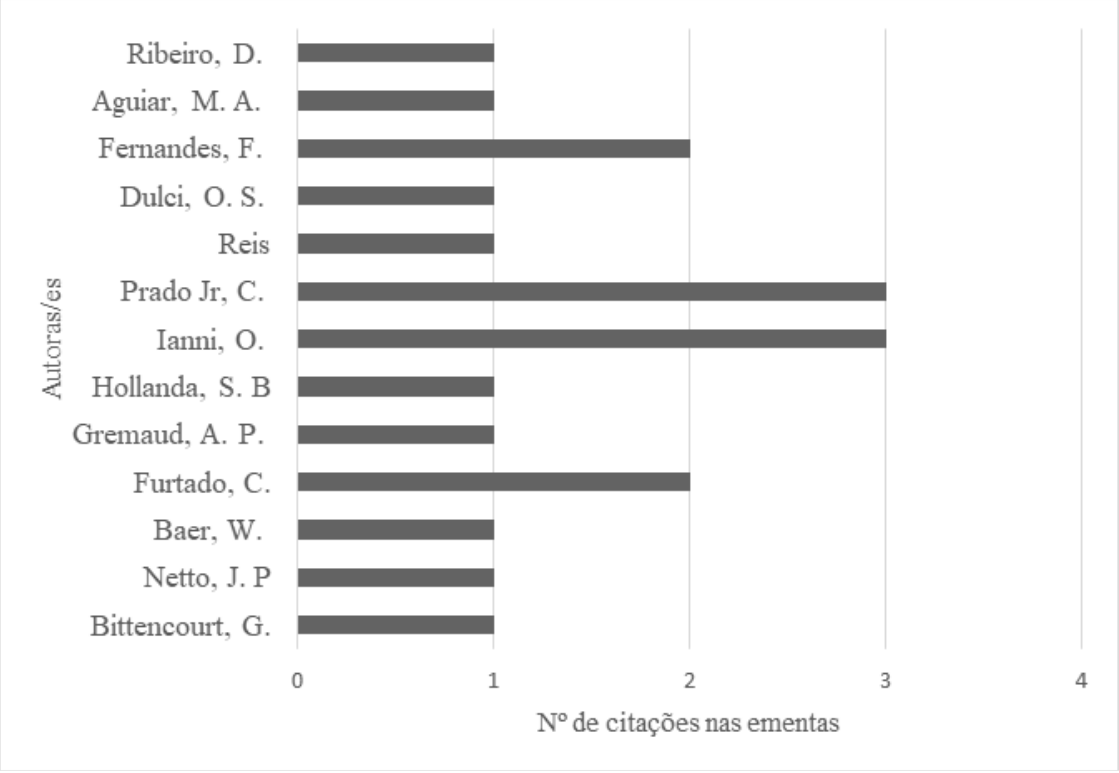
> A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma

> nação que se pensava branca, daí por que a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. Elaborações especulativas e ideológicas vestidas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época ajudariam hoje, se bem reinterpretadas, a compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora.

Nessa direção, as categorias raça/etnia são fundamentais para se entender a questão racial no brasil e os autores Munanga (2003), Schwarcz (1998) e Guimarães (1995) trazem perspectivas de análises semelhantes elas, principalmente no que diz respeito à conceituação de raça e etnia, com a primeira ligada à questão biológica e a segunda relacionada ao prisma social.

Ainda com relação às disciplinas analisadas, foram observadas 7 (sete) que tratam da formação sócio-histórica brasileira. Estas disciplinas apontam para a realização da discussão da formação social da sociedade brasileira durante o período colonial e, dessa forma, foram contabilizadas como disciplinas que discutem raça/etnia. No entanto, a bibliografia sinaliza que autores que priorizam a análise do aspecto econômico da formação do país tem maior destaque nesses componentes curriculares, conforme aponta o gráfico 3.

Gráfico 3: Autoras/es mais utilizados nas disciplinas que debatem a formação sócio-histórica brasileira nos cursos de Serviço Social no Brasil.

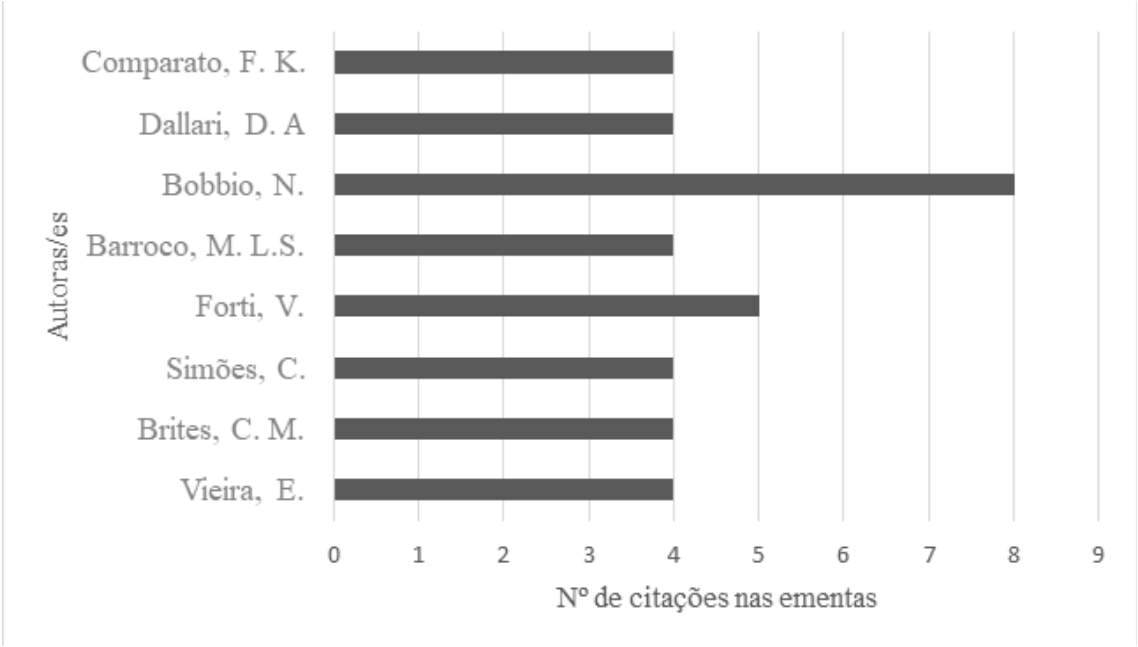


Descrição: "Gráfico de barras que ilustra as autoras e autores mais citados nas disciplinas que abordam a

formação sócio-histórica brasileira nos cursos de Serviço Social no Brasil. O gráfico revela que Prado Jr. e Ianni são os autores mais utilizados, com três citações cada; Furtado e Fernandes são citados duas vezes; Ribeiro, Aguiar, Dulci, Reis, Hollanda, Gremaud, Baer, Netto e Bittencourt são citados uma única vez".
Fonte: autoria própria.

Com relação às disciplinas que abordam os direitos humanos, 25 (vinte e cinco) tratam da temática e estão divididas da seguinte maneira: 2 (duas) na região Norte, 3 (três) no Nordeste, 11 (onze) no Sul, 7 (sete) no Sudeste e 2 (duas) no Centro-oeste. Dentre elas, foi possível localizar nos sites das instituições 23 (vinte e três) que continham ementas/programas e através de análise foram identificados os autores mais utilizados, conforme aponta o gráfico 4.

Gráfico 4: Autoras/es mais utilizados nas disciplinas que debatem direitos humanos nos cursos de Serviço Social no Brasil.



Descrição: "Gráfico de barras que ilustra as autoras e autores mais citados nas disciplinas que abordam direitos humanos nos cursos de Serviço Social no Brasil. O gráfico revela que Bobbio é o autor mais utilizado, com oito citações; Forti é citado cinco vezes; Comparato, Dallari, Barroco, Simões, Brites e Vieira são citados quatro vezes cada".
Fonte: autoria própria.

Noberto Bobbio foi o autor mais utilizado, em 8 (oito) disciplinas no total. Além dele, também apareceram Valéria Forti (cinco vezes), Maria Lúcia Barroco, Fábio Konder Comparato, Dalmo de Abreu Dallari, Carlos Simões, Cristina Maria Brites e Evaldo Vieira, todos estes em 4 (quatro) disciplinas diferentes. Através das produções teóricas desses autores foram analisadas as categorias identificadas com maior frequência nas ementas

das referidas disciplinas.

Com relação à categoria direitos humanos, Bobbio em seu livro intitulado "A era dos Direitos" discorre acerca dos fundamentos dessa temática, para ele (2014, p. 14),

> [...] há direitos com estatutos muito diversos entre si. Há alguns que valem em qualquer situação e para todos os homens indistintamente: são os direitos acerca dos quais há a exigência de não serem limitados nem diante de casos excepcionais, nem com relação a esta ou àquela categoria, mesmo restrita, de membros do gênero humano (é o caso, por exemplo, do direito de não ser escravizado e de não sofrer tortura). Esses direitos são privilegiados porque não são postos em concorrência com outros direitos, ainda que também fundamentais.

Mais adiante, o autor pondera sobre a existência dos direitos humanos e direitos sociais. Em suas palavras,

> [...] Quando digo que os direitos do homem constituem uma categoria heterogênea, refiro-me ao fato de que —desde quando passaram a ser considerados como direitos do homem, além dos direitos de liberdade, também os direitos sociais — a categoria em seu conjunto passou a conter direitos entre si incompatíveis, ou seja, direitos cuja proteção não pode ser concedida sem que seja restringida ou suspensa a proteção de outros.

Já para Forti (2012), os direitos ultrapassam os limites da visão liberal de direitos civis e políticos, eles são resultado de uma luta pela ampliação dos direitos sociais. De acordo com a referida autora

> a partir da segunda metade do século XX, setores mais oprimidos das sociedades também engrossaram a luta pela ampliação dos direitos civis, a exemplo de lutas como as contra a discriminação racial, de gênero e de idade, contra a tortura, pela expressão da diversidade sexual, pela preservação do meio ambiente etc. (Forti, 2012, p. 276).

O arcabouço teórico trabalhado nas disciplinas, conforme exposto sucintamente acima, demonstra a pluralidade de ideias dos autores e, portanto, sinaliza diferentes matrizes teóricas presentes no debate de direitos humanos. Esse fato exige pensar que o Serviço Social, desde seu processo de ruptura com o conservadorismo, construiu um projeto profissional a partir de princípios que visam a emancipação humana, entendendo ser necessário para isso a superação do modo de lutar entre as diferentes classes sociais. Nas palavras de Barroco e Terra (2012, p. 41),

> a busca de ruptura com o conservadorismo profissional é produto histórico de uma prática social coletiva construída historicamente [...] essas percorrem um processo desencadeado desde os anos 1950, impulsionado pela erosão das bases do tradicionalismo profissional e pela renovação da profissão nos marcos da crise do capitalismo pós-guerra, pela eclosão de movimentos revolucionários e contestatórios, em nível mundial e latino-americano, e no Brasil, no âmbito da autocracia burguesa, na década de 1960.

Dessa maneira, no Brasil, o PEP surge no contexto de redemocratização da sociedade pós ditadura militar. Nesse processo, diversos meios de organização da classe trabalhadora, tais quais partidos e outros movimentos sociais, emergem como respostas a agudização das expressões da questão social. A partir desse período, a ética e os valores norteadores do Serviço Social brasileiro passam a ser fortemente influenciados pela teoria social de Marx. Portanto, a partir daí, "O PEP exigiu uma nova postura ética, novos valores e referenciais teóricos e a reformulação das principais referências para a formação profissional e para a fiscalização do exercício profissional" (Barroco; Terra, 2012 p. 42).

A nova ética da profissão volta-se para o compromisso com os interesses da classe trabalhadora. Para se chegar a esse entendimento, o Serviço Social passou por um processo de politização que propiciou à categoria um acúmulo teórico que nortearia a direção ética que a profissão viria a tomar. Por conseguinte, a partir da década de 1990, o debate sobre a questão dos direitos humanos começa a se destacar como consequência do contexto de regressão dos direitos e aumento das desigualdades sociais no país. Desse processo resultou o CE de 1993 em que os direitos humanos se tornam uma discussão central para categoria. De acordo com Barroco e Terra (2012, p. 53),

> [...] o CE se organiza em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem suas finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto-político e em sua relação com a sociedade e a história.

Nessa direção, através da teoria social de Marx, a concepção de sujeito a-histórico, acrítico dos moldes conservadores é substituída pelo entendimento do indivíduo como um ser social. Este se diferencia dos outros seres por ser capaz de desenvolver ações conscientes onde consegue fazer escolhas e agir de forma livre. No entanto, tais escolhas estão submetidas às condições sociais objetivas que podem ampliar suas alternativas de escolhas ou, simplesmente, cerceá-las. Nesse contexto, a sociabilidade burguesa inviabiliza a possibilidade de emancipação, visto que é pautada na sobreposição de uma classe sobre outra,

portanto, é uma sociabilidade desigual em sua natureza.

Visando ultrapassar esses limites, o PEP propõe a construção de mediações que permitam romper com essa lógica, visando, dessa forma, outro tipo de sociabilidade em que sejam superadas essas desigualdades. Por essa razão, pauta-se ações que mesmo dentro da sociabilidade burguesa têm perspectivas emancipatórias, pois há "constatação de que nessa sociedade é impossível a universalização de uma ética objetivadora de valores emancipatórios, não se conclui, *necessariamente*, a impossibilidade de sua realização *parcial*." (Barroco; Terra, 2012, P. 55).

Assim, o CE elenca 11 (onze) princípios fundamentais que são centrais para sua finalidade ético-política, sendo eles: i) liberdade; ii) defesa dos direitos humanos; iii) democracia; iv) equidade e justiça social; v) oposição a qualquer forma de preconceito; vi) pluralismo; vii) horizonte de uma ordem societário livre de exploração e dominação; viii) articulação com categorias profissionais que possuam um projeto profissional que coadunem o PEP; ix) compromisso com a qualidade do serviço prestado; x) compromisso com exercício profissional contrário a qualquer forma de discriminação.

Ante o exposto, verificou-se que os dados identificados na pesquisa demonstram que as disciplinas vêm sendo trabalhadas com autores diversos e de matrizes teóricas distintas. Se por um lado esse fato sinaliza o debate plural nessas disciplinas, por outro, aponta para a necessidade de mediações que possibilitem garantir a direção social do projeto ético-político profissional.

Considerações finais

É fundamental sinalizar que a formação de uma massa crítica[2] no interior da categoria profissional possibilitou uma produção teórica importante e com "a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura do conservadorismo político: data de então a aberta utilização de vertentes críticas" (Netto, 1999, p. 102), principalmente as de inspiração marxista.

Portanto, mapeadas as disciplinas que versam sobre tais temas, foi constatado que os cursos de graduação em Serviço Social no Brasil são deficientes no que diz respeito à abordagem de conteúdos imprescindíveis para a formação profissional, ou seja, de conteúdos referentes a questões de gênero, de raça/etnia e de direitos humanos. As disciplinas são presentes nas diversas regiões do território brasileiro, em maior ou menor quantidade, mas em um quantitativo reduzido e de forma recorrente na modalidade optativa, o que serve de indicador do processo de invisibilidade das questões que envolvem essas temáti-

2 "A expressão *massa crítica* denota o conjunto de conhecimentos produzidos e acumulados por uma determinada ciência, disciplina ou área do saber" (Netto 1999, p. 102, grifos do autor).

cas no país.

A análise realizada, a partir dos dados identificados na pesquisa, demonstra um universo plural das referências bibliográficas trabalhadas pelas disciplinas. Esse aspecto sinaliza para a coexistência de um debate norteado por matrizes teóricas distintas e divergentes e muitas das referências utilizadas para tratar as temáticas não são produzidas pela profissão, o que demanda análise dos impactos na formação profissional.

Por tratar-se de um artigo fruto de pesquisa de iniciação científica, com um período temporal incompatível com o aprofundamento da análise do objeto, recomenda-se pesquisas posteriores no sentido de aprofundar a questão aqui apenas pontuada. Por essa e por outras limitações, não é possível trazer conclusões mais efetivas. No entanto, é possível afirmar que as matrizes teóricas dos autores que as disciplinas utilizam sinalizam uma pluralidade e, nesse sentido, indica a necessidade de mediações que conduzam o debate no sentido de assegurar a direção social do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Referências

BARROCO, M. L. S; TERRA, S. H; Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Org.). **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Código de Ética do Assistente Social. Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão. 10° ed. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

FORTI, Valéria. Direitos Humanos e Serviço Social: notas para o debate**. O Social em Questão**. Ano XV, n. 28, p. 265-280, jul-dez, 2012. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/13artigo.pdf. Acesso em: 5 jul. 2019.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na cena contemporânea**, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identi-

dade e etnia. In. BRANDÃO, André Augusto Pereira (org.) **Cadernos Penesb** n. 5. Niterói: EdUFF, 2003.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Crise contemporânea**, questão social e Serviço Social. Brasília, CEAD, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. Coleção Brasil Urgente.

SCHWARCZ, L., M. **O espetáculo das raças**: cientistas sociais e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia M. 1998. "**Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade"**. In: História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 174-243.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Educação & Realidade. V. 15, n. 2, jul/dez. 1990.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.